S.R. DA AGRICULTURA E FLORESTAS
Portaria n.º 67/2008 de 8 de Agosto de 2008

Tendo em conta a necessidade de manter os níveis de produção e qualidade dos produtos pecuários nos Açores assegurando parâmetros óptimos de qualidade;

Considerando que a deteção de neoplasias em animais da espécie bovina determina o seu abate e conseqüente rejeição para consumo, o que acarreta um prejuízo económico significativo que pode pôr em causa o desenvolvimento sustentado das explorações agrícolas e comprometer os níveis de qualidade entretanto alcançados;

Considerando a Portaria n.º 58/2007, de 27 de Agosto que determina a atribuição de uma comparticipação financeira aos proprietários de bovinos rejeitados para consumo em conseqüência da deteção de neoplasias, quer em exame Ante-Mortem ou em inspecção Post-Mortem, abatidos em 2007;

Considerando que é necessário proceder a algumas alterações ao regime ali previsto;

Manda o Governo da Região Autónoma dos Açores, pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas, ao abrigo da alínea z) do artigo 60.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte:

Artigo 1.º

São alterados os artigos 1.º, 3.º, 4.º e 5.º da Portaria n.º 58/2007, de 27 de Agosto, que passam a ter a seguinte redacção:

“Artigo 1.º

Aos proprietários de bovinos rejeitados para consumo, em conseqüência da deteção de neoplasias, quer em exame Ante-Mortem ou em inspecção Post-Mortem, abatidos em 2008, é atribuída uma comparticipação financeira nos termos previstos no presente diploma.

Artigo 3.º

1 - O requerimento a que se refere o artigo anterior deverá dar entrada, nos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, no prazo máximo de trinta dias contados da data da publicação da presente portaria para animais abatidos entre 1 de Janeiro de 2008 e a respectiva data de publicação.

2 - ...

Artigo 4º

1 – O montante máximo da comparticipação a atribuir é de 250 euros por cabeça.

2 – Quando o número de animais elegíveis, por semestre, ultrapassar a dotação orçamental estabelecida, a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário procederá ao ajuste proporcional da comparticipação unitária por todos os beneficiários da ajuda.

Artigo 5.º

As ajudas previstas na presente portaria, relativas ao primeiro semestre serão pagas até 30 de Setembro de 2008 e as relativas ao segundo semestre até 30 de Março de 2009.”

Artigo 2º

1 – As alterações constantes da presente Portaria produzem efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

2 – A Portaria nº 58/2007, de 27 de Agosto é republicada em anexo, na íntegra, com as alterações resultantes da presente Portaria.

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Assinada em 30 de Julho de 2008.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, *Noé Venceslau Pereira Rodrigues*.

Anexo

Artigo 1.º

Aos proprietários de bovinos rejeitados para consumo, em consequência da detecção de neoplasias, quer em exame Ante-Mortem ou em inspecção Post-Mortem, abatidos em 2008, é atribuída uma comparticipação financeira nos termos previstos no presente diploma.

Artigo 2.º

Os proprietários de animais, nas condições descritas no artigo anterior, para beneficiarem da comparticipação, deverão dirigir os respectivos requerimentos aos Serviços de Desenvolvimento Agrário de ilha da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, acompanhados de:

a) Identidade completa do candidato, sua residência, número de identificação fiscal e identificação bancária;

b) Fotocópia do passaporte do animal.

c) Declaração do Médico Veterinário atestando a presença da neoplasia se esta for identificada externamente ou do Médico Veterinário Inspector atestando a presença da

neoplasia detectada no Matadouro.

Artigo 3.º

1 - O requerimento a que se refere o artigo anterior deverá dar entrada, nos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, no prazo máximo de trinta dias contados da data da publicação da presente portaria para animais abatidos entre 1 de Janeiro de 2008 e respectiva data de publicação.

2 - Para animais abatidos após a data de publicação da presente portaria os requerimentos terão de dar entrada nos respectivos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas no prazo máximo de trinta dias após a sua morte ou abate.

Artigo 4.º

1 – O montante máximo da comparticipação a atribuir é de 250 euros por cabeça.

2 – Quando o número de animais elegíveis, por semestre, ultrapassar a dotação orçamental estabelecida, a Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário procederá ao ajuste proporcional da comparticipação unitária por todos os beneficiários da ajuda.

Artigo 5.º

As ajudas previstas na presente portaria, relativas ao primeiro semestre serão pagas até 30 de Setembro de 2008 e as relativas ao segundo semestre até 30 de Março de 2009.

Artigo 6.º

A Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, poderá solicitar informações adicionais, bem como proceder à verificação do cumprimento das regras previstas na presente portaria, através de controlos administrativos ou no local.

Artigo 7.º

Qualquer irregularidade verificada, bem como as falsas declarações, acarretam a perda do direito à comparticipação ou a sua devolução, caso já tenha sido atribuída, acrescida de juros à taxa legal, desde o momento em que foi posta à sua disposição.

Artigo 8.º

Os encargos resultantes do estipulado na presente portaria serão suportados pelo orçamento da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, através do capítulo 40, programa 07 – fomento agrícola, projecto 07.02 – sanidade animal e vegetal.

Artigo 9.º

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.